

XII-058 - OS ATORES SOCIAIS E A VISÃO REDUCIONISTA DA IMPRENSA BRASILEIRA NA COBERTURA SOBRE POLUIÇÃO DO SOLO POR RESÍDUOS

Maria Daniela de Araújo Vianna⁽¹⁾

Jornalista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Saúde Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP/USP). Doutora em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP (PROCAM/IEE/USP). Consultora pela EcoSapiens Comunicação.

Wanda Maria Risso Günther

Engenheira civil e socióloga. Mestre e Doutora em Saúde Pública. Professora associada da Faculdade de Saúde Pública (FSP/USP). Prefeita do Quadrilátero Saúde/Direito da USP. Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional Ambiente, Saúde e Sustentabilidade (FSP/USP).

Endereço⁽¹⁾: Rua Medeiros de Albuquerque, 95 sala 6 – Vila Madalena – São Paulo – SP – CEP: 05436-060 - Brasil - Tel: (11) 2307.9555 - e-mail: daniela@ecosapiens.com.br

RESUMO

Diante da crise ambiental que se impõe à sociedade contemporânea, trazendo consigo um sentido de urgência por mudanças de rumo e das visões de mundo, a mídia tem um papel importante na mediação de sentidos no processo de construção social dos problemas ambientais. Este artigo versa sobre as ‘vozes’ predominantes na cobertura jornalística relativa a questões ambientais e sobre como os atores sociais aparecem na grande imprensa. Dos 557 textos jornalísticos analisados, 93,4% (520) têm pelo menos uma fonte oficial. Os técnicos representam uma parte significativa das fontes ouvidas pelos jornalistas nas matérias ligadas ao tema de poluição do solo por resíduos. Suas ‘vozes’ geralmente possuem um viés positivo e proativo diante das situações apresentadas. A maior parte dos textos analisados, entretanto, ainda traz uma abordagem desconexa, pontual e alarmista das questões ambientais. Os jornalistas precisam estar mais bem preparados e devem ter uma atenção redobrada para discernir entre as informações técnicas e o viés político no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação, Jornalismo, Atores sociais, Sociedade de risco, Poluição ambiental.

INTRODUÇÃO

A globalização dos riscos acaba por ofuscar o sentido tecnológico e econômico do ‘progresso’. A disposição inadequada de resíduos e a contaminação do solo são consequências da sociedade de riscos. Faz-se necessária a revisão dos modelos e de valores que conduziram a sociedade até aqui.

Diante da complexidade do mundo e da crise ambiental sem precedentes que ameaça as condições de vida no planeta, a mídia tem a obrigação de exercer o seu papel social na construção de um novo conhecimento, de uma nova forma de pensar a realidade.

Isso representa um desafio, pois envolve, ao mesmo tempo, repensar a dupla lógica que envolve o funcionamento das mídias de informação (entendidas aqui como imprensa, rádio e televisão), qual sejam, a lógica econômica e a lógica simbólica. A primeira está relacionada à histórica prática das instituições midiáticas pela manutenção do *status quo* sob a ótica da lógica econômica, fazendo com que todo organismo de informação aja como uma empresa. Tem por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo, ou seja, a incorporação, na perspectiva da notícia como produto, dos meios tecnológicos acionados para fabricá-la. A segunda, a lógica simbólica, no entanto, faz com que todo o organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública.

Existe um entendimento de que a mídia, em seu processo de “fazer jornalístico”, ainda baseia-se no paradigma positivista da leitura e compreensão da realidade, paradigma este que não atende mais à complexidade da sociedade contemporânea.

As limitações nos lugares de construção do sentido, envolvendo, por exemplo, a concorrência, a pressa e as pressões cotidianas, afetam principalmente aos jornalistas na execução de seu ofício, atividade que exige uma postura reflexiva diante da realidade a ser interpretada e transformada em notícia jornalística.

Quando se fala na construção de sentidos nos lugares da máquina midiática, e na produção jornalística, mais especificamente, se está a considerar que cada veículo de comunicação, mais do que uma empresa, é uma organização composta por pessoas.

Sob essa ótica, os jornalistas são, eles próprios, atores sociais em cena frente a um mundo vivo, portanto, protagonistas da contemporaneidade. O cumprimento do papel social passa, necessariamente, pela produção dos sentidos.

Pesquisadores do construcionismo social nos meios de comunicação de massa, ao analisar o processo pelo qual os jornalistas desenvolveram e cristalizaram o significado do discurso público, apontam como elemento importante dessa análise as chamadas ‘molduras da mídia’ ou ângulos da notícia.

Essas molduras se configuram como métodos organizados que ajudam tanto o jornalista quanto o público, aos movimentos sociais e às fontes, a dar sentido às matérias e aos eventos, e, a partir daí, injetá-los (aos eventos) significados. Em resumo, as ‘molduras da realidade’ (*frames or interpretation of reality*), possibilitam às pessoas localizar, perceber, identificar e classificar um aparente infinito número de ocorrências e fornecem respostas à questão ‘O que está acontecendo aqui?’.

Diante dos desafios explicitados, o presente trabalho analisa quem são as fontes ouvidas pelos jornalistas e como os atores sociais aparecem no discurso jornalístico.

MÉTODOS

Partindo-se do pressuposto de que a mídia tem uma função social relevante na construção social dos problemas ambientais e da hipótese de que a cobertura jornalística sobre a temática ambiental ainda reflete formações discursivas baseadas em abordagens reducionistas e cartesianas, realizou-se um amplo diagnóstico sobre como a imprensa brasileira cobriu uma questão ambiental ao longo de 15 anos no Brasil.

O método utilizado foi o de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin. Optou-se por realizar uma triangulação de dados, seguindo a orientação de Minayo & Sanches, sobre a pertinência dessa complementaridade das abordagens metodológicas na construção do desenho da pesquisa.

Na triangulação com a forma de analisar prevista pelo método Análise de Conteúdo, a interpretação dos resultados foi submetida, de forma livre, à luz da reflexão teórica crítica de Patrick Charaudeau sobre o discurso de informação midiática e contradições, envolvendo práticas desenvolvidas nos ‘lugares de construção de sentido’.

A partir de descritores, foram selecionados 557 textos jornalísticos publicados nos jornais Folha de S.Paulo e o Estado de S.Paulo sobre o tema poluição do solo por resíduos, entre 1992 – ano da Rio-92 – e 2007. Os textos foram categorizados e classificados, de acordo com o método Análise de Conteúdo. Identificou-se quem são as fontes ouvidas em cada texto e, com base em uma análise crítica dos textos e das entrelinhas do discurso da mídia, proposta por Charaudeau, foi realizada uma classificação sobre os papéis que cada um desses atores sociais desempenha.

Este artigo trata sobre os papéis sociais atribuídos aos técnicos. Faz parte de um estudo aprofundado que resultou na tese de doutorado “A cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos: uma análise da produção dos jornais O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo da Rio-92 a 2007”, defendida no PROCAM/USP, em 2012 (VIANNA, 2012).

RESULTADOS

Quem são as fontes?

A relação de jornalistas e as fontes de informação – e escolha das mesmas – é (ou deveria ser) um dos grandes pontos de atenção na prática cotidiana da produção jornalística. Quando se trata da cobertura jornalística sobre questões ambientais, tais desafios parecem ser amplificados. Gradativamente, informações isoladas ou descontextualizadas já não dão conta de explicitar o sentido de urgência de um debate profundo sobre a necessidade de mudanças estruturais, sejam elas de processos produtivos, de mudanças na matriz energética e de visão de mundo, a ponto de se encontrar em tempo soluções e caminhos capazes de prolongar a permanência da raça humana no planeta.

Diante desse debate, é indicado que cada jornalista tenha em mente, frente a suas escolhas, três pontos: 1) que diversos interesses, muitos dos quais diametralmente opostos entre si, disputam por espaço, poder e credibilidade na arena pública do debate; 2) que os meios de comunicação são importantes ferramentas para dar visibilidade e respaldo a argumentos e pontos de vista; e 3) que cada fonte de informação não é neutra, nem isenta.

Uma das premissas essenciais para a prática do ‘bom’ jornalismo, preconizadas por estudiosos da área de comunicação, é que o profissional consiga discernir “quem está falando”.

Cobrir questões relacionadas à sustentabilidade exige preparo. Os jornalistas devem estar aptos a identificar os diferentes pontos de vista e, com base nesse conhecimento, refletir para agir no cumprimento de seu papel social de tecer sentidos e contribuir com a construção social das questões ambientais.

Frente a esse cenário, estarão os jornalistas preparados para distinguir o que está por trás de cada fonte ou release que chega às redações? O estudo sobre os 557 textos que compõem o corpo desta análise corroborou a percepção do sociólogo ambiental John Hannigan, de que as fontes de informação geralmente são aquelas que conseguem integrar uma pequena lista de fontes confiáveis, às quais os repórteres mantêm-se fiéis.

Nos 557 textos analisados, as principais “vozes” encontradas foram de pessoas com papéis oficiais, como representantes de governos e de órgãos ambientais oficiais ou do poder judiciário. Do total de textos, 520, o equivalente a 93,4% do total, tem pelo menos uma fonte oficial. O conceito de ‘oficial’ adotado para este estudo foi retirado do Minidicionário Aurélio de língua portuguesa, cuja definição é 1. Relativo aos altos funcionários do Estado. 2. Referente ao funcionalismo público, burocrático.

Ao todo, foram ouvidas diretamente 2.170 fontes de informação nos textos selecionados, sendo 414 técnicos. Os demais eram políticos (464); representantes de empresas (362); cientistas/especialistas (202); ativistas ou representantes de ONGs (74); representantes do Ministério Público ou de entidades de classe (161); membros da população (281); e estudos e/ou banco de dados (212).

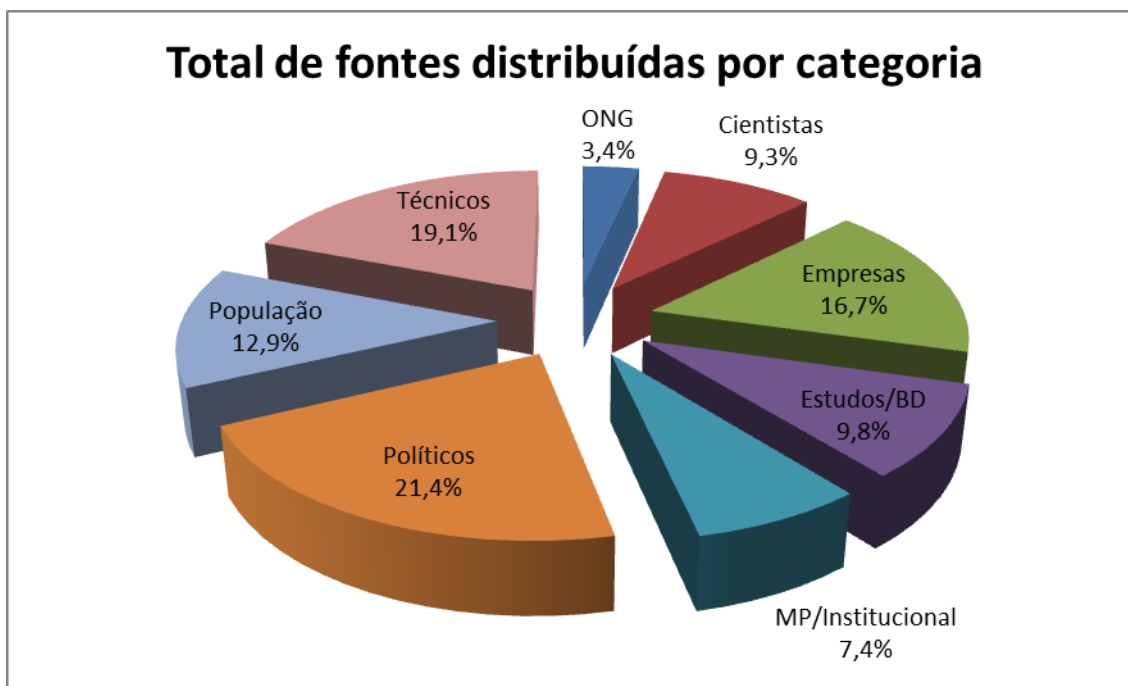


Figura 1 – Distribuição percentual de fontes por categoria.

As categorias que reúnem fontes oficiais, quando agrupadas, somam um percentual de 57,2%. Elas são formadas por representantes dos políticos, dos técnicos e do Ministério Público/entidades de classe, além de cientistas/especialistas. Esta, em sua grande maioria, é composta por representantes de universidades e entidades de pesquisa.

Como aparecem?

Ao mergulhar no universo do conteúdo analisado, verificou-se, em maiores detalhes, como cada um dos grupos de fontes aparece nos textos jornalísticos. Tal análise permitiu verificar de que forma fatores identificados como desafios do fazer jornalístico aparecem direta e indiretamente no conteúdo. Além disso, foram observadas quais as principais mensagens identificadas e suas características mais marcantes do processo de construção de efeitos de sentidos.

Partindo-se do pressuposto de que a cobertura jornalística, no período analisado, é baseada, principalmente, em uma visão desconexa, factual, sensacionalista, reducionista e não sistêmica, foram criadas subcategorias de análise para caracterizar o papel de cada um dos cinco grupos de análise: políticos, técnicos, população, empresas e cientistas. Este trabalho se deteve na análise de como o grupo de técnicos aparece e, indiretamente, como o discurso é construído nas linhas e entrelinhas textuais. Por meio dessa busca, serão citados exemplos de textos que compõem o *corpus* da pesquisa.

Os técnicos

Na cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos, os técnicos geralmente falam em nome de órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e pelo controle ambiental. Foram criadas 10 classificações para identificação de como os técnicos aparecem: justiceiros/fiscais; detentores do conhecimento; contextualizadores da situação; réus/outro lado; críticos/contraponto; despreparados/omissos; vítimas; os que resolvem; misto; e não se aplica.

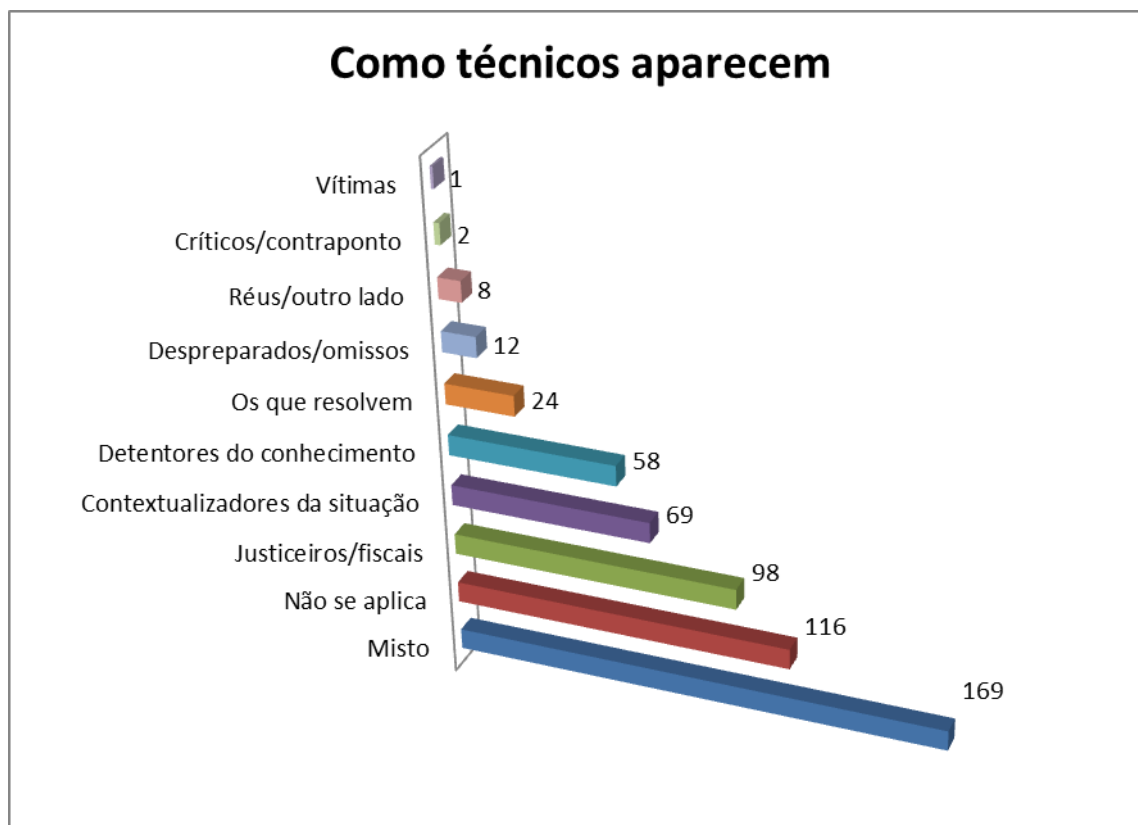


Figura 2 – Como técnicos aparecem

Diante da Figura 2, é possível observar que, nos textos em que técnicos são ouvidos, existe uma tendência de que eles apareçam como proativos e envolvidos em pelo menos um dos quatro aspectos que possuem viés positivo: contextualizadores; detentores do conhecimento; justiceiros/fiscais; e/ou os que resolvem. Os vieses neutros – críticos/contrapontos e vítimas – representam a minoria.

Tal tendência se reflete também nos textos nos quais os técnicos aparecem como misto. Dentre estes, em 100 existe pelo menos um técnico classificado como justiceiro/fiscal. Na grande maioria deles, a mescla de classificações envolvem os quatro aspectos positivos elencados acima. Isso se confirma ao se identificar que, dos textos “mistos” para técnicos, em 41 deles existe algum dos aspectos negativos – despreparados/omissos; réus/outro lado – mas, entre estes, em apenas um texto o técnico aparece apenas com um fator negativo, sem ter outro positivo vinculado.

Isso significa que, na maior parte dos textos, os técnicos aparecem em uma atitude proativa, geralmente com viés positivo. Embora ligados ao Poder Judiciário, os representantes do Ministério Público foram incluídos como “técnicos” na categorização de análise.

A partir dessa análise da cobertura jornalística, foi possível identificar que, a partir dos anos 2000, o Ministério Público assumiu papel mais protagonista na fiscalização e na proposição de medidas e ações envolvendo denúncias de questões ambientais. No Estado de São Paulo, por exemplo, esse papel social de “justiceiro/fiscal” vinha sendo executado quase que integralmente pela agência ambiental – a Cetesb – ao longo dos anos 1990. Alguns textos deixaram transparecer certo estranhamento entre os dois órgãos oficiais devido a esse conflito de atribuições ou conflito de poder mediado pela mídia, por meio de declarações destacadas nos textos.

Um exemplo está na matéria “*Cetesb vai fiscalizar empresas de Limeira*”, publicada, no dia 26 de julho de 2001, na editoria Folha Campinas, sem ser assinada por repórteres.

O texto começa informando que o promotor de meio ambiente da cidade, Luiz Alberto Segalla Bevilacqua, de 30 anos, *“começou a distribuir ontem as determinações para a fiscalização de 11 empresas do setor de bijuterias da cidade. Elas são acusadas de poluírem com metais pesados e cianeto os efluentes da rede coletora que deságua na bacia do ribeirão Tatu, o principal da cidade. De acordo com o promotor, o procedimento de fiscalização da Cetesb deve acabar em 90 dias”*.

Como forma de ‘reação’, o gerente-interino da Cetesb de Limeira, João Humberto Sumere, 47 anos, diz que *“o trabalho do órgão não vai se limitar ao pedido da Promotoria. ‘As empresas da cidade trabalham com pequenas quantidades de poluentes. O controle é mais fácil’, afirmou.”* O caso passou a ser investigado por denúncia de uma ONG ambiental. Essa foi uma das matérias nas quais os técnicos aparecem como misto de justiceiros/fiscais e críticos/contraponto.

Outra característica envolvendo técnicos, a qual pode ser percebida em uma leitura mais detalhada, refere-se ao uso político da máquina pública e de questões ambientais disfarçadas por um discurso técnico. Isso ficou explicitado no texto *“Secretários batem boca com engenheiro da Cetesb”*, uma sub-retranca da matéria principal, intitulada *“Prefeitura desiste de queimar lixo hospitalar”*. Assinada pelo repórter André Muggiati, e publicada na *Folha de São Paulo*, em 12 de fevereiro de 1998, a matéria era um desdobramento de um caso que já vinha merecendo a atenção da mídia havia oito dias, tanto na *Folha* como no *Estadão*.

O caso, aparentemente envolvendo o acúmulo de lixo hospitalar em frente a grandes hospitais, provocado por problemas técnicos no incinerador Vergueiro, explicitou uma disputa travada entre representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo (à época sob o comando do ex-prefeito Celso Pitta) e do Governo do Estado de São Paulo, então sob o comando do governador Mario Covas. A Cetesb, órgão estadual, havia multado a prefeitura e queria impedir a disposição dos resíduos de serviços de saúde no aterro sanitário da cidade.

A situação culminou em um bate-boca entre secretários municipais e um engenheiro da Cetesb, e a questão política foi explicitada quando o então secretário municipal de Serviços e Obras, Reinaldo de Barros, declarou: *“Eu só vou obedecer à Secretária (Municipal) de Meio Ambiente, certo? Cetesb para mim começa daqui a sete, oito meses, porque Maluf vem aí e vamos botar ordem nela. E o senhor (engenheiro da Cetesb, que havia ido até o aterro São João para fiscalizar a disposição inadequada de lixo hospitalar no local) pode começar a procurar outro emprego”*. A declaração foi transformada em fato e publicada pela *Folha de S. Paulo*.

Dois dias depois, em 14 de fevereiro de 1998, em novo fato noticiado tanto pela *Folha de S. Paulo* quanto pelo *Estadão*, a Prefeitura resolveu “dar o troco”, como mostram as matérias intituladas *“Prefeitura interdita prédios da Cetesb”*, assinada por André Muggiati na *Folha*, e *“Prefeitura interdita prédios da Cetesb após ser multada por lixo”*, assinada por Adélia Chagas no *Estadão*. Os 12 textos (quatro do *Estadão* e oito da *Folha*) sobre o assunto analisados nesta pesquisa foram classificados na unidade temática *Aterros, lixo e lixões*.

Nos casos em que os órgãos técnicos apareceram como réus/outro lado; e/ou despreparados/omissos, a tendência é de que eles sejam desqualificados por outras fontes, ou pelos próprios jornais, por alguns motivos que se repetem nos textos: a omissão ou a demora em divulgar um caso que já era de conhecimento dos técnicos e que foi descoberto depois pela imprensa e pela população; dificuldades em comunicar o risco; declarações que denotam a defesa explícita ou a preservação indireta de alguma empresa dita poluidora; a incerteza científica; o despreparo em lidar com alguns casos de áreas contaminadas; baixos valores de multas.

CONCLUSÕES

Com base no trabalho realizado, concluiu-se que os técnicos representam uma parte significativa das fontes ouvidas pelos jornalistas nas matérias ligadas ao tema de poluição do solo por resíduos. Suas ‘vozes’ geralmente possuem um viés positivo e proativo diante das situações apresentadas nos textos jornalísticos. Os técnicos, como outros atores sociais, integram as fontes oficiais ouvidas pelos jornalistas. Chama a atenção o fato de 93,4% dos textos analisados terem pelo menos uma fonte oficial.

Conclui-se que os jornalistas precisam estar mais bem preparados e devem ter uma atenção redobrada, em seus processos de apuração, para saber discernir entre as informações técnicas e o viés político no discurso de

alguns técnicos, pois, como observado neste estudo, em alguns casos, técnicos que falam em nome de determinados governos ou órgãos públicos podem assumir um discurso menos isento e mais político.

Diante desse cenário complexo envolvendo ações e estratégias cada vez mais sutis de manipulação de discursos, cabe à mídia estar atenta no processo de mediação desse jogo de forças social dentro do processo de construção social dos problemas ambientais. O caminho ainda é longo. A maior parte dos textos analisados ainda traz uma abordagem desconexa, pontual e alarmista das questões ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARDIN, L. *Análise de Conteúdo* [traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa: Edições 70, 3ª ed., 2004.
2. BECK, U. *Risk Society – Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992 (Translated by Mark Ritter).
3. BECK, U. *World at Risk*. Cambridge: Polity Press, 2009 (Translated by Ciaran Cronin).
4. BENDFORD, R.D. Frame Disputes within the Nuclear Disarmament Movement. *Social Forces*, Vol. 71, No. 3 (Mar.1993), pp. 677-701. Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 1993.
5. BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
6. CHAGAS, A. Prefeitura interdita prédios da Cetesb após ser multada por lixo. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, Caderno Cidades, 14 fev. 1998.
7. CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias* [traduzido por Angela M. S. Corrêa]. São Paulo: Contexto, 2010. 2ª ed.
8. FOLHA DE S.PAULO (2001a). Cetesb vai fiscalizar empresas de Limeira. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Caderno Folha Campinas, 26 jul. 2001.
9. HANNIGAN, J.A. *Sociologia ambiental – a formação de uma perspectiva social* [traduzido por Clara Fonseca]. Portugal: Instituto Piaget, 1995.
10. HANNIGAN, J.A. *Sociologia ambiental* [traduzido por Annahid Burnett]. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
11. IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Mitigation of Climate Change: 2007* http://www.mnp.nl/ipcc/pages_media/FAR4docs/chapters/CH1_Introduction.pdf (Lido em julho de 2007).
12. MEDINA, C. *A arte de tecer o presente – narrativas e cotidiano*. São Paulo: Summus, 2003.
13. MEDINA, C. *O signo da relação – comunicação e pedagogia dos afetos*. São Paulo: Paulus, 2006.
14. MINAYO, M.C. & SANCHES, O. *Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?* Rio de Janeiro: Caderno Saúde Pública, 1993.
15. MUGGIATI, A. (1998a). Prefeitura desiste de queimar lixo hospitalar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Caderno São Paulo, 12 fev. 1998.
16. MUGGIATI, A. (1998b). Prefeitura interdita prédios da Cetesb. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Caderno São Paulo, 14 fev. 1998. p. 3-13.
17. VIANNA, M.D.A. *A cobertura jornalística sobre poluição do solo por resíduos: uma análise da produção dos jornais O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo da Rio 92 a 2007*. Tese de doutorado. PROCAM/USP: São Paulo, 2012.
18. VIANNA, S.B. Apresentação. In: GUIDDENS, Anthony. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.